

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
ANO BASE 2013

FACULDADE CAMPO REAL

Relatório de Autoavaliação Institucional

2013

SINAES

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Guarapuava

2013

SUMÁRIO

1.	DADOS DA INSTITUIÇÃO	02
2.	COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO-CPA	
2.1	Composição da CPA – Período 2012-2014	02
2.2	Atribuições da CPA.....	03
3.	OBJETIVO DO RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO INTERNA	03
4.	REGULAMENTAÇÃO	03
5.	SUBSÍDIOS	04
6.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	04
7.	DESENVOLVIMENTO	06
7.1	A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	07
7.2	A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às Bolsas de Pesquisa, de Monitoria e demais modalidades.....	16
7.2.1	Ensino.....	16
7.2.2	Pesquisa.....	19
7.2.3	Extensão	20
7.2.4	Pós-Graduação	23
7.3	A Responsabilidade Social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição à inclusão social, ao Desenvolvimento Econômico e Social, à Defesa do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da 4Produção Artística e do Patrimônio Cultural... ..	23
7.4	A Comunicação com a Sociedade	28
7.5	As Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico Administrativo, seu aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e suas condições de trabalho.. ..	31
7.6	Organização e Gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e Representatividade dos Colegiados, sua Independência e Autonomia na relação com a Mantenedora, e a participação dos segmentos.....	34
7.7	Infraestrutura Física, especialmente a de Ensino e de Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunicação	36
7.8	Planejamento e Avaliação, especialmente em relação aos Processos, Resultados e Eficiência da Autoavaliação Institucional	41
7.9	Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos	44
7.10	Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o Significado Social da Continuidade dos Compromissos na Oferta da Educação Superior	47
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49

Relatório de Autoavaliação Institucional

2013

1. Dados da Instituição

Nome: Faculdade Campo Real – IES 5511

Caracterização da IES: Instituição privada com fins lucrativos

Estado: Paraná

Município: Guarapuava

2. Composição da Comissão Permanente de Avaliação – CPA

2.1 Composição da CPA

MEMBROS	SEGMENTO QUE REPRESENTA
Sônia Maria Hey	Corpo Técnico-administrativo
Anderson Furmann	Corpo Técnico-administrativo
Daniel Alberto Machado Gonzales	Docente
Patrícia Manente Melhem	Docente
Jean Carlos Licoviski	Discente
Rogério Dias Regiani	Discente
Roni Antônio Garcia	Sociedade Civil
Murilo Moreira de Oliveira	Sociedade Civil

Resoluções: nº 2/2010 / nº 3/2010 / nº 1/2011 / nº 7/2011 /

nº 5/2012 / nº 9/2012 / nº 13/2012 / nº 31/2012 / nº 7/2013

2. Atribuições da CPA

1. Implementar os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
2. Conduzir os processos de autoavaliação da Faculdade Campo Real.
3. Constituir grupos de trabalhos, tantos quantos forem necessários;
4. Divulgar junto à comunidade acadêmica a sua composição, agenda de atividades e os dados coletados;
5. Conduzir e coordenar o processo sucessório para composição da CPA.

O Coordenador da CPA é membro efetivo do grupo de trabalho que se reúne quinzenalmente as quintas-feiras e em reuniões extraordinárias, onde são discutidas as ações realizadas e as que serão adotadas pela Faculdade.

3. OBJETIVO DO RELATÓRIO FINAL DA AVALIAÇÃO INTERNA

O objetivo do Relatório é divulgar os resultados da avaliação à comunidade acadêmica à sociedade dado o caráter social da Educação, prestando conta publicamente das suas responsabilidades na formação integral dos alunos. Pretende-se explicitar os instrumentos utilizados na coleta de dados, os métodos de análise empregados, a interpretação dos resultados e conclusões que oferecem algumas respostas às diversas perguntas surgidas durante o processo.

Este relatório pretende ser uma comprovação material do trabalho de autoavaliação institucional realizado, reconhecendo e valorizando o esforço realizado pelos envolvidos na sua construção. Nele devem estar expressas as virtudes, méritos, potencialidades, mas também as omissões, deficiências e fragilidades particularmente dos diversos cursos das Faculdades, no que se referem as dez dimensões previstas em lei e a constante busca da qualidade dos serviços ofertados, reafirmando o compromisso com a sociedade em busca da confirmação da identidade e missão institucional.

4. REGULAMENTAÇÃO

A Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004, estabeleceu em seu Artigo 11, o prazo de 60 (sessenta) dias para cada Instituição de Ensino Superior (IES) constituir a sua Comissão Própria de Avaliação “com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”. De acordo com o Item I do mesmo Artigo 11, que determina “constituição por ato dirigente máximo da IES, ou por previsão no

seu próprio estatuto ou regimento, assegurada à participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada” e de seu Item II que exige “atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES”.

A autoavaliação é uma das modalidades de instrumento avaliativo, instituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que tem como fundamento a “necessidade de promover a melhora da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais”.

5. SUBSÍDIOS

- a) Plano de desenvolvimento Institucional
- b) Projeto Pedagógico Institucional
- c) Projeto Pedagógico de Curso
- d) Regimento Interno
- e) Avaliação do ENADE
- f) Diretrizes Curriculares
- g) Indicadores Institucionais
- h) Documentos Internos Regulamentados
- i) Convênios e Acordos
- j) Contratos
- k) Relatórios Acadêmicos
- l) Relatórios Administrativo-financeiros
- m) Relatório de Acervo
- n) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- o) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012

6. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Faculdade iniciou o processo de autoavaliação em 2004, oportunizando, basicamente, a avaliação do corpo docente pelo corpo discente. A partir das diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES buscou-se ampliar o processo, no qual não só os alunos avaliavam, mas também os professores e funcionários do corpo técnico-administrativo.

O processo de autoavaliação tem sua base nas diretrizes do SINAES, no que diz respeito ao núcleo comum das dez dimensões da Avaliação institucional estabelecidas pela Lei nº. 10.861/04 e se caracteriza pela utilização de procedimentos quantitativos e qualitativos de avaliação e consulta formal, através de questionários, com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as etapas da avaliação, desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise dos resultados e sua publicação.

A Avaliação institucional da Faculdade é pautada em dados obtidos através do contato permanente com os representantes docentes, discentes, técnico-administrativos, coordenadores de curso, reuniões de coordenações e diretoria, discussões desenvolvidas em cada um dos cursos e seus respectivos colegiados. A comissão de autoavaliação obtém as informações necessárias para identificar os principais problemas enfrentados pela instituição. Essa metodologia adotada conjuga estratégias de sensibilização e coleta de dados, já adotadas no processo de elaboração do PDI, visando atender aos objetivos da avaliação interna proposta pelo SINAES e às especificidades da Faculdade.

A avaliação institucional proposta baseou-se na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. A avaliação identifica fragilidades e pontos que requerem melhorias e, forças e potencialidades permitindo aos membros da CPA emitir parecer conclusivo e listar as recomendações necessárias para implementação de melhorias em todas as atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, administração da Faculdade, instalações físicas, equipamentos, mobiliários, laboratórios e Biblioteca.

O processo avaliativo é contínuo e organizado em ciclos. Para cada ciclo é elaborado um relatório, apontando as novas diretrizes a serem consideradas pela gestão administrativa. A coordenação geral deste projeto está a cargo da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Após a efetivação do processo de autoavaliação são disponibilizados os resultados obtidos, em cada ciclo, visando a identificação de pontos frágeis com vistas a subsidiar uma análise crítica sobre o próprio processo avaliativo, que acontece através de seminário interno, sob coordenação da CPA, com a participação da comunidade acadêmica. Faz-se um balanço crítico do projeto de avaliação institucional, do seu desenvolvimento e dos resultados alcançados.

Todo processo de autoavaliação é realizado e divulgado, conforme cronograma traçado pela CPA, previsto no Calendário Acadêmico. Baseado nesses indicadores a CPA estabelece suas principais atividades, traçando um conjunto de iniciativas.

A divulgação dos resultados é pública, para tanto é elaborado um perfil institucional que fica à disposição do público no site da instituição. O conjunto de informações obtido, após trabalho de análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dimensões avaliadas na instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como, caminhos para superá-los.

7. DESENVOLVIMENTO

7.1 A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

A Faculdade Campo Real foi criada com a missão de formar pela excelência no Ensino, Pesquisa e Extensão, profissionais com sólidos princípios éticos e valores humanos, com espírito inovador que atendam às demandas das comunidades locais e aos desafios globais.

7.1.1 Itens Avaliados

- a) Missão e Valores Institucionais
- b) Objetivos e Finalidades
- c) Políticas
- d) Compromissos da IES
- e) Contexto sócio econômico
- f) Definição das Políticas Institucionais no PPI
- g) Articulação entre o PDI e o PPI em relação às atividades acadêmicas
- h) Conhecimento do PDI e PPI pela comunidade acadêmica
- i) Atualização do Regimento Interno
- j) Relatórios da Comissão de Ingresso
- k) Perfil do ingressante

1) Perfil do Egresso

7.1.2 Fonte

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional
- b) Regimento Interno
- c) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- d) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011

7.1.3 Análise

O perfil institucional como linha norteadora das ações acadêmicas e administrativas está definido no Projeto Pedagógico Institucional, e permeia os demais documentos da Instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, Projetos Pedagógicos dos cursos e o Regimento Interno, que explicitam a finalidade, objetivos e compromisso com sua missão pública, enquanto Instituição de Ensino Superior.

O Projeto Pedagógico Institucional, enquanto instrumento político, teórico e metodológico, e o Plano de Desenvolvimento Institucional direcionador das estratégias e metas orientam as atividades administrativas e acadêmicas em sintonia com os objetivos institucionais e a visualização dos entraves, possibilidades e potencialidades no fazer acadêmico. O compromisso da instituição está visível nesses documentos que guiam seu dia a dia.

A Faculdade, desde sua fundação, tem dedicado esforços para elevar a quantidade de cursos oferecidos, primando pela busca da excelência nos serviços ofertados, comprometida com uma educação de qualidade e com o desenvolvimento da região e do país. Atualmente, a Faculdade oferta 09 cursos (Direito, Administração, Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Engenharia de Produção, Biomedicina, Engenharia Agrônoma). Bacharelado em Direito foi o primeiro curso autorizado a funcionar, e o mais recente, Engenharia Agrônoma.

O contexto sócio econômico da região onde está inserida demonstra a necessidade de grandes transformações nas suas estruturas sociais, sendo a educação o grande pilar para essas mudanças e cumprindo a Faculdade o dever que lhe foi socialmente outorgado.

As políticas educacionais estão bem definidas no Projeto Pedagógico Institucional que se encontra articulado com o Plano de Desenvolvimento Institucional. Essas políticas são visíveis e factíveis no Projeto Pedagógico Institucional, nas suas políticas e no PDI através da seleção das áreas estratégicas, dos objetivos e metas, a existência de previsão de atuação para o ensino, pesquisa, extensão, gestão e avaliação institucional. Em relação ao conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional poderia haver maior divulgação para o corpo discente, somente a Missão, a Visão que estão permanentemente divulgados no *site* e em cartazes por toda a instituição e , para o corpo docente estão disponíveis no Portal do Professor e Sala dos Professores. O Projeto Pedagógico Institucional teve versão resumida impressa e disponibilizada para alunos e professores, na sala dos professores, recepções e biblioteca da instituição. Os representantes de turma também receberam em mãos a versão impressa do Projeto Pedagógico Institucional. A instituição constatou através de pesquisa com o corpo docente, que nem todos os professores conhecem o Plano de Desenvolvimento Institucional. A partir dessa constatação foram discutidos com o grupo da CPA a definição de ações como meio de promover um maior conhecimento das referências documentais pela comunidade acadêmica.

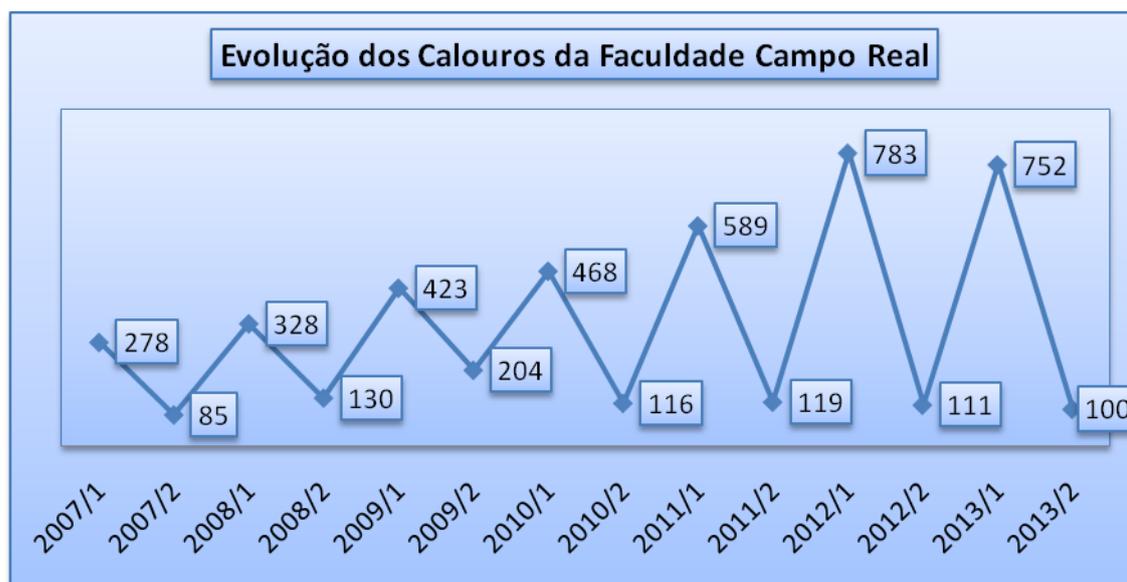
A sistemática do Projeto de Autoavaliação e as atividades desenvolvidas, numa primeira fase do trabalho avaliativo proposto no decorrer do ano de 2010, demonstram que os princípios, objetivos e metodologia (em uma proposta de continuidade detalhada para ocorrer nas fases seguintes, projetadas para os anos seguintes), a importância de se ter o conjunto das dimensões institucionais compondo o grande objeto das análises avaliativas e dos encaminhamentos decorrentes.

O desenvolvimento institucional, o encaminhamento, a superação das expectativas e da satisfação, contribuíram para com a visibilidade da IES como um todo e podem ser demonstradas na evolução do número de alunos.



Fonte: Secretaria Acadêmica

Os dados apresentados permitiram a comparação entre o número de matriculados ingressantes entre 2007/01 e 2013/02, e pode-se afirmar que o conjunto de alunos aumentou na Faculdade Campo Real, aumento de 76,7% nesse período, percentual expressivo e positivo.



Fonte: Secretaria Acadêmica

Destaca-se a evolução do número de alunos ingressantes pela Faculdade Campo Real nos últimos anos, com um aumento absoluto entre os anos de 2012 e 2013, como demonstra o gráfico anterior. A compreensão dessa realidade passa pela consideração de alguns fatores:

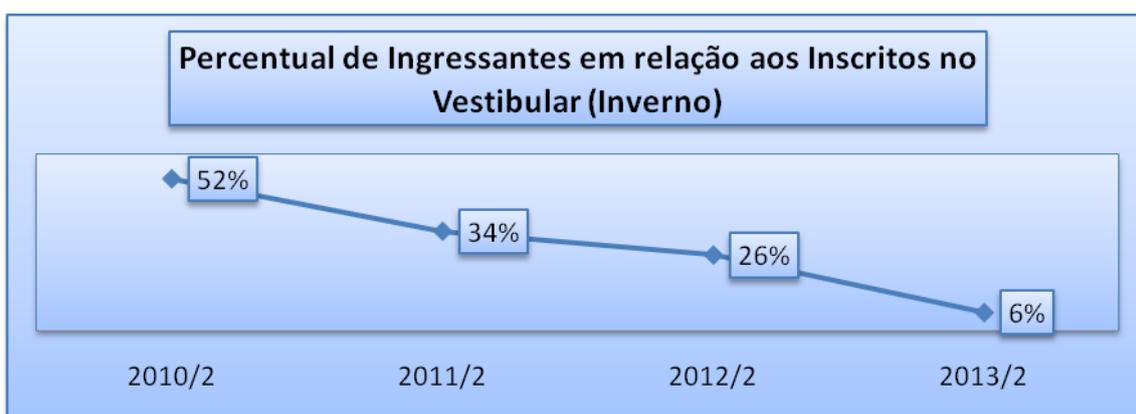
- 1) Expansão da educação superior brasileira, com uma ampla oferta de vagas e cursos;

- 2) Eficiente campanha de vestibular, com ampla divulgação da faculdade e dos cursos em toda a região;
- 3) Investimento na política de expansão e divulgação dos cursos da faculdade;
- 4) Exigência, pelo novo perfil do aluno, de condições de infraestrutura favoráveis ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos de cursos.
- 5) Satisfação dos discentes e de egressos em relação a seus cursos e a instituição como um todo (satisfação retratada na Avaliação Institucional);
- 6) Bons índices atribuídos pelo Ministério da Educação à faculdade.

Outro estudo, permitiu analisar os dados referentes à demanda e a relação que se pode estabelecer entre número de inscritos pelo número de matriculados ingressantes.



Fonte: Comissão de Ingresso – Faculdade Campo Real

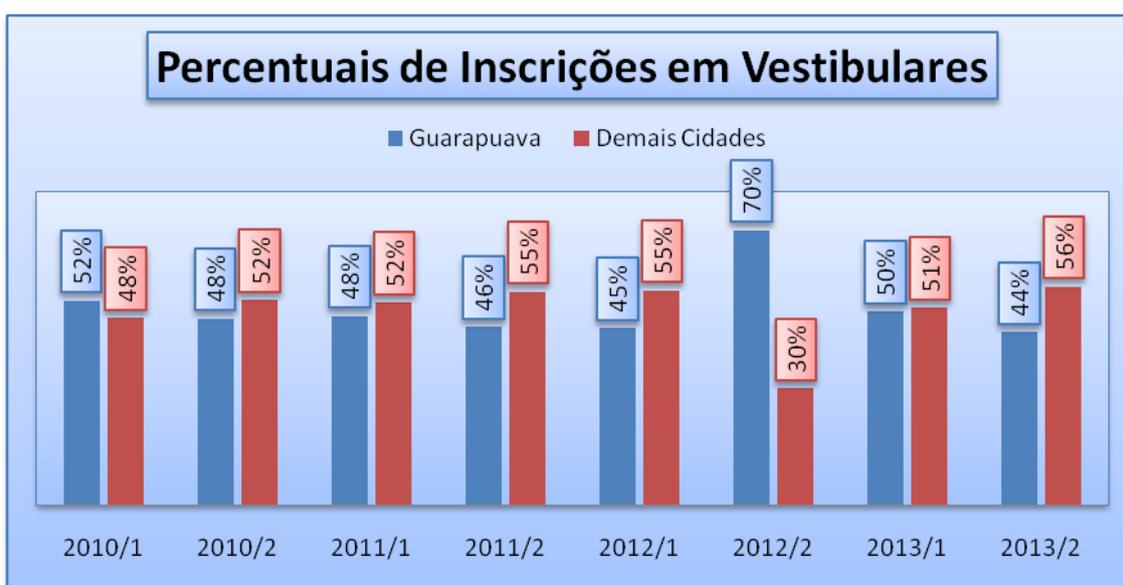


Fonte: Comissão de Ingresso – Faculdade Campo Real

Os dados apresentados nos gráficos relacionados ao vestibular de inverno permitiram a realização de um estudo comparativo entre o número de inscritos no vestibular de inverno e o número de matriculados ingressantes. Os gráficos permitiram a visualização de duas informações,

em números e em percentuais. A retratação de baixo índice percentual de ingressantes em relação ao número de inscritos no vestibular de inverno é material para importante análise quanto aos fatores que levaram a esses indicadores. Observamos e constatamos previamente que número significativo de candidatos nesse período não havia concluído o Ensino Médio.

O contexto sócio econômico da região onde está inserida a faculdade demonstra a necessidade de grandes transformações, e essa responsabilidade social foi assumida pela faculdade e cada vez mais reconhecida e legitimada, o que se vê ilustrado nos percentuais de inscritos no vestibular de candidatos residentes em Guarapuava e de candidatos não residentes em Gurapuava.



Fonte: Comissão de Ingresso – Faculdade Campo Real

A análise dos dados indica que no período de 2010 a 2013 o percentual de inscritos de candidatos residentes em Guarapuava e de inscritos residentes em outras cidades mantiveram um certo padrão, apenas em 2012/02 apresentando um aumento significativo de inscrições de candidatos de Guarapuava, sendo 70% do total candidatos, e das demais cidades, 30% do total das inscrições. De modo geral, os dados apresentados nesse tópico do relatório, relativos à demanda no período 2010 a 2013, apontaram variações que revelaram a política de oferta educacional adotada pela faculdade e a movimentação da procura pela educação oferecida.

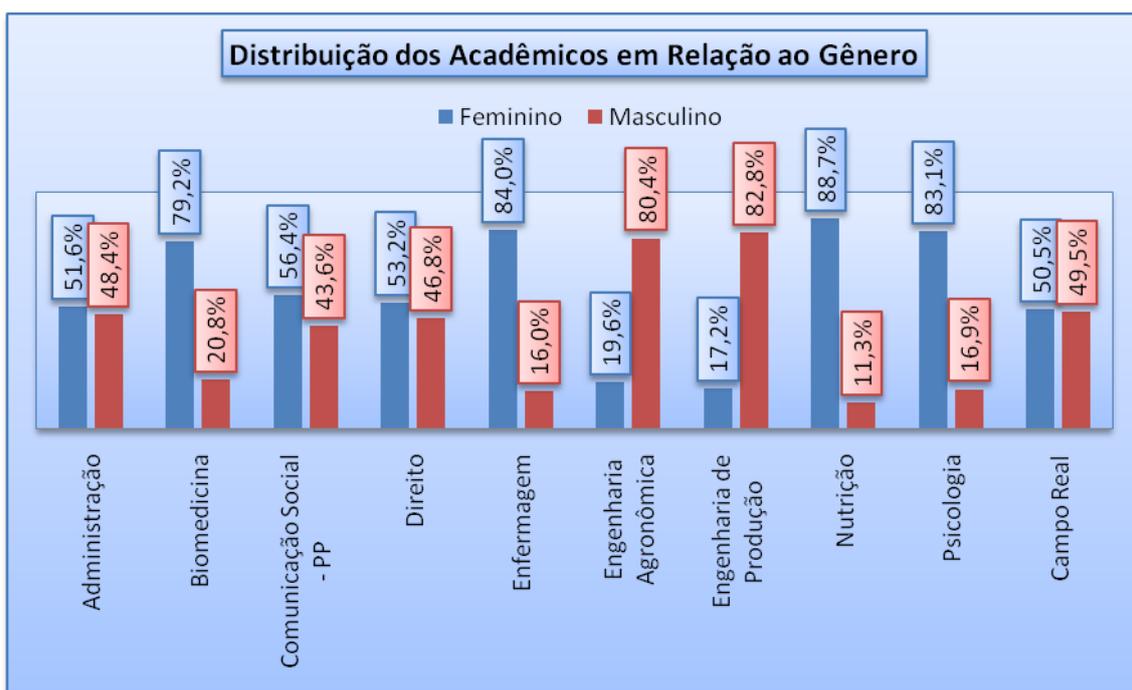
Dada a demanda de candidatos inscritos em vestibulares e residentes em outras cidades da região (próximas a Guarapuava), a IES adotou a política de aplicação de provas de vestibular nas cidades com maior demanda de inscritos, bem como, possibilitou a matrícula também na cidade de origem do candidato, com deslocamento de pessoal para esse fim. Os resultados dessa política, em

uma soma de estratégias, têm sido positivos e importantes para com o compromisso da faculdade com a educação e com o desenvolvimento da região e do país.

O perfil do egresso está descrito e assegurado no Projeto Pedagógico de Curso, contudo, o perfil do ingressante não estava definido no Projeto Pedagógico Institucional. A partir de 2010 foi definido no início de cada semestre e gerados a partir da análise de indicadores como dados de identificação (gênero, idade e cidade de origem/endereço), formação acadêmica (Rede de ensino e tipo de escolaridade do Ensino Médio).

Ressalta-se que o ingresso ocorre por vestibular, transferência externa, obtenção de novo título, ou pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI, os três últimos sem a necessidade de vestibular.

Seguem algumas informações descritas no perfil do ingresso, componentes do perfil do ingresso descrito no PPI e nos PPC's de cada curso.



Fonte: Secretaria Acadêmica

FACULDADE CAMPO REAL	
Idade Mínima =	16
Idade Máxima =	50
Amplitude das idades =	34

Média das idades =	21
Desvio Padrão =	5
Limite inferior padrão =	15
Limite superior padrão =	26
Coefficiente de variação =	25.6%
Classificação da variação =	Alta/Heterogênea

Fonte: Secretaria Acadêmica

Em relação ao gênero, em 2013 os ingressantes masculinos eram 49,5% e os femininos 50,5%. Os dados revelam que os dois sexos têm uma igualdade proporcional, com uma pequena predominância feminina.

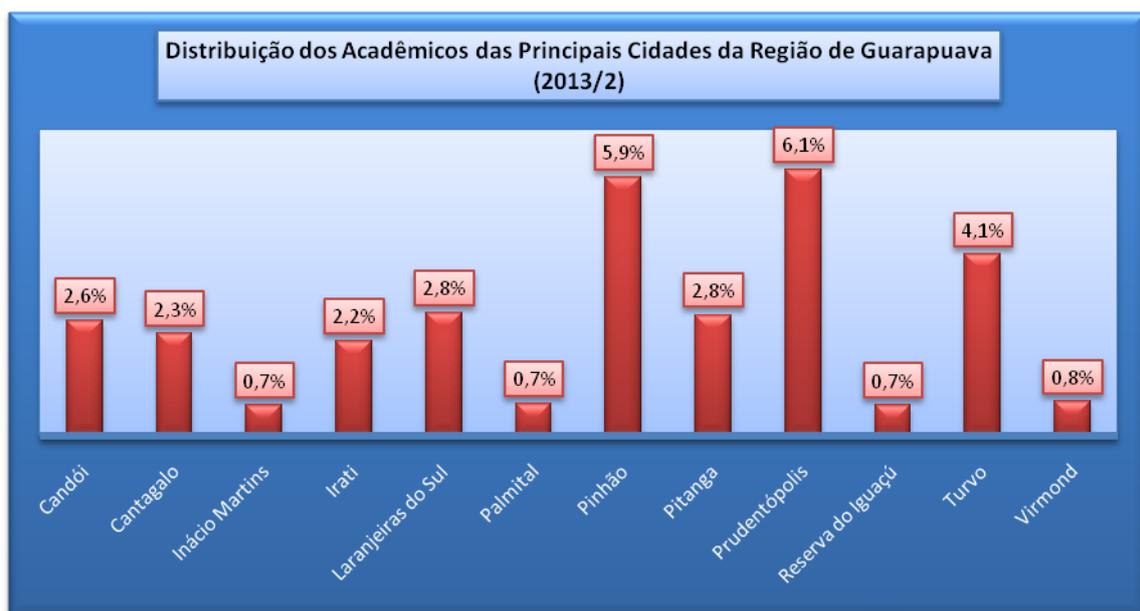
A distribuição dos respondentes, segundo a faixa etária, demonstrou concentração de ingressantes na média de idade entre 21 anos, com desvio padrão de mais ou menos cinco, fixando a idade média dos ingressantes entre 15 e 26 anos no ano em 2013, denotando um grupo com perfil etário jovem, porém, heterogêneo.

Fator relevante no perfil do ingresso é o percentual de alunos não residentes em Guarapuava, como apresentado na tabela e no gráfico a seguir:

Variação das Quantidades de Alunos vindo das principais cidades da Região															
Cidade	Período										Maior Ganho	Período	Maior Perda	Período	Representação 2013/2
	2009/1	2009/2	2010/1	2010/2	2011/1	2011/2	2012/1	2012/2	2013/1	2013/2					
Candói	54	33	46	53	61	49	76	58	75	61	27	2011/2 - 2012/1	21	2009/1 - 2009/2	2.6%
Cantagalo	30	30	39	42	42	39	66	45	55	54	27	2011/2 - 2012/1	21	2012/1 - 2012/2	2.3%
Inácio Martins	4	6	14	16	18	16	19	14	17	16	8	2009/2 - 2010/1	5	2012/1 - 2012/2	0.7%
Irati	0	0	3	3	6	8	36	32	50	50	28	2011/2 - 2012/1	4	2012/1 - 2012/2	2.2%
Laranjeiras do Sul	40	29	28	32	37	31	56	46	64	65	25	2011/2 - 2012/1	11	2009/1 - 2009/2	2.8%

Palmital	7	7	12	12	15	12	18	12	15	17	6	2011/2 - 2012/1	6	2012/1 - 2012/2	0.7%
Pinhão	122	103	116	121	147	119	168	121	135	137	49	2011/2 - 2012/1	47	2012/1 - 2012/2	5.9%
Pitanga	14	11	21	29	45	39	61	57	64	64	22	2011/2 - 2012/1	6	2011/1 - 2011/2	2.8%
Prudentópolis	37	40	47	59	91	77	131	120	146	141	54	2011/2 - 2012/1	14	2011/1 - 2011/2	6.1%
Reserva do Iguaçu	11	8	15	13	17	13	18	11	17	16	7	2009/2 - 2010/1	7	2012/1 - 2012/2	0.7%
Turvo	25	20	36	45	61	53	95	72	93	96	42	2011/2 - 2012/1	23	2012/1 - 2012/2	4.1%
Virmond	14	12	16	17	19	10	18	14	19	18	8	2011/2 - 2012/1	9	2011/1 - 2011/2	0.8%
Percentual de acadêmicos das principais cidades da região =															31.7%

Fonte: Secretaria Acadêmica



Fonte: Secretaria Acadêmica

Os resultados apresentados na tabela e no gráfico acima confirmam a importância da Faculdade não só para Guarapuava como também para toda a região, apontando a crescente procura

pela instituição de alunos vindos de outras cidades, o que pode ser considerado também um diferencial.

Observa-se que em 2013 do total de alunos ingressantes residentes nas principais da região, exceto Guarapuava, soma 31,7%, distribuídos conforme demonstrado na tabela e no gráfico. Esse diferencial tem relevância tanto para o desenvolvimento regional, quanto de maneira particular para o colegiados de cada curso, no encaminhamento das metodologias e práticas de ensino.

7.1.4 Ações Realizadas

Leitura e análise do Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatório da Avaliação Institucional período 2010-2011-2012, entrevistas com acadêmicos e professores da instituição.

7.1.5 Fragilidades

- a) Divulgação inadequada do PDI
- b) Baixa apropriação do PDI pelos discentes
- c) Baixa apropriação do PDI pelos docentes
- d) Baixa apropriação do PPI pelos discentes
- e) Baixa apropriação do PPI pelos docentes

7.1.6 Potencialidades

- a) O lema “Excelência no Ensino Superior” é amplamente divulgado;
- b) As metas são claras em relação aos objetivos institucionais;
- c) Sintonia entre os Projetos desenvolvidos e as Políticas definidas no PPI;
- d) O Plano de Desenvolvimento Institucional e o projeto Institucional são documentos norteadores do fazer acadêmico e coerentes entre si;
- e) Construído o perfil do ingressante;
- f) Acompanhamento do Egresso em construção;

- g) Revisão do Regimento Interno;
- h) A Missão e os valores institucionais são amplamente divulgados para a comunidade acadêmica;
- i) Revisão e atualização do PDI.

7.2 A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

7.2.1 Ensino

7.2.1.1 Itens Avaliados

- a) Organização didático-pedagógica;
- b) Práticas Pedagógicas na construção do conhecimento;
- c) Práticas de avaliação do Processo ensino-aprendizagem;
- d) Currículo e o perfil desejado;
- e) Busca e aplicação de tecnologias no ensino;
- f) Participação dos docentes no desenvolvimento do PPC.

7.2.1.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos cursos;
- c) Relatórios do ENADE;
- d) Diretrizes Curriculares Nacionais;
- e) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

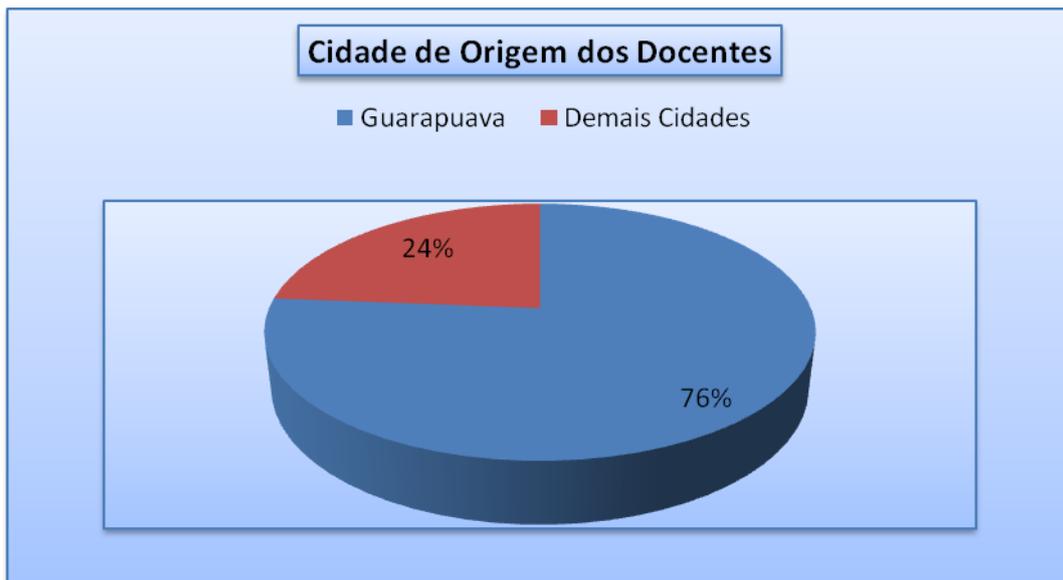
7.2.1.3 Análise

O currículo e a organização didático-pedagógica dos cursos estão de acordo com os objetivos da instituição e as diretrizes curriculares Nacionais. A integralização mínima e máxima plenamente atendidas dentro dos requisitos legais, os planos de ensino e a bibliografia atualizados. A reforma curricular é uma prática que faz parte do repensar dos cursos, por força da legislação vigente, ou pela constatação da necessidade de adequações sentida pelo colegiado e Núcleo docente Estruturante dos Cursos - NDE. A melhoria no currículo objetiva o aperfeiçoamento no perfil do egresso. Essa mudança parte do grupo de professores, que são responsáveis pelas atualizações das disciplinas, ementas, bibliografias. A avaliação da aprendizagem está coerente com os Projetos Pedagógicos dos cursos, com foco na aprendizagem e está prevista no Regimento Interno da IES. O Projeto Pedagógico Institucional e o Regimento Interno, também estão a disposição da comunidade acadêmica na biblioteca. Percebe-se que, em alguns casos, a interdisciplinaridade é, ainda, uma prática que merece aprimoramento. É preciso criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes disciplinas para o enriquecimento do processo de aprendizagem.

Grande parte do corpo docente da Faculdade tem na sua formação inicial, ou continuada, disciplinas ou cursos na área da docência. A construção do perfil docente ampliou o conhecimento e a análise dessas informações. A manutenção da qualidade do corpo docente mostrou a necessidade da contratação de docentes com perfil em conformidade com os interesses da instituição. Atendendo a essa condição, houve aumento da contratação de professores não residentes em Guarapuava, cujo deslocamento e hospedagem ocorre conforme necessidade prevista no horário semanal das aulas.



Fonte: Setor de Recursos Humanos – Faculdade Campo Real



Fonte: Setor de Recursos Humanos – Faculdade Campo Real

A apresentação dos gráficos demonstra o percentual de docentes da Faculdade Campo Real não residentes em Guarapuava no ano de 2013, atingindo um índice de 24% do total.

Ainda, buscando atender os interesses institucionais, a faculdade aprimorou o uso de novas tecnologias educacionais para aproximar o presencial do virtual na graduação. Em entrevista com alguns membros discentes e docentes que utilizam essa prática, observou-se um saldo altamente positivo, pois alguns alunos que apresentavam dificuldade com o uso de tecnologias, hoje já se comunicam de maneira virtual, obtendo bom desempenho no uso desses recursos e maior ganho na aprendizagem.

7.2.1.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, das Diretrizes Curriculares Nacionais, Relatórios do ENADE, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.2.1.5 Fragilidades

- a) Baixa apropriação dos Projetos Pedagógicos de cursos pelos discentes;
- b) Incipientes as práticas de interdisciplinaridade em alguns cursos.

7.2.1.6 Potencialidades

- a) O Projeto Pedagógico dos cursos refletem fundamentos, princípios e diretrizes dos Projetos de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional;
- b) Coerência entre organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso;
- c) Revisão e atualização sistemática das matrizes curriculares;
- d) Regular investimento quanto à utilização e disponibilidade de novas tecnologias no ensino;
- e) Cumprimento das metas para o ensino com alcance de pequeno e médio prazo;
- f) Programa de Formação Permanente para Coordenadores contemplando elaboração e adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- g) Aumento das práticas interdisciplinares.

7.2.2 Pesquisa

7.2.2.1 Itens avaliados

- a) Políticas e Práticas Institucionais para a iniciação científica;
- b) Articulação da iniciação científica com as demais atividades acadêmicas;
- c) Critérios para o desenvolvimento da iniciação científica, participação docente e discente e divulgação dos trabalhos.

7.2.2.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Projeto de Iniciação Científica;
- e) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.2.2.3 Análise

As Políticas e práticas Institucionais para a Iniciação científica da IES estão definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no projeto Pedagógico Institucional. A Faculdade oferece formas de o aluno ingressar na investigação acadêmica, como por exemplo a Iniciação Científica e através de Grupos de Estudos que poderão ser realizados com execução de projetos de pesquisa sob orientação de professores com qualificação acadêmica e prática de pesquisa, ou ainda com planos de trabalho, em que a pesquisa do aluno se integre a um projeto desenvolvido por professores.

Diante da análise dos resultados, constataram-se alguns pontos de destaque tais como a existência de um grupo de docentes aptos para atuarem na Iniciação Científica, a institucionalização e impressão da Revista Científica *Propagare* e da Revista de Iniciação Científica. Essas ações permitem à comunidade acadêmica enveredar rumo à Iniciação Científica, para isso basta determinação das partes diretamente envolvidas.

7.2.2.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, Projeto Pedagógico dos Cursos, Projeto de Iniciação Científica, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.2.2.5 Fragilidades

- a) Carência de mecanismo institucionalizado eletrônico para a divulgação da produção acadêmica;
- b) Incipiente fonte de fomento;
- c) Incipiente participação de alguns cursos;
- d) Incipiente continuidade dos projetos de iniciação à pesquisa.

7.2.2.6 Potencialidades

- a) Existência de um grupo de docentes capacitados para a Iniciação Científica;
- b) Institucionalização de um Programa de Iniciação Científica;
- c) Institucionalização da Revista de Iniciação Científica;

- d) Institucionalização da *Revista Propagare* - Revista Científica da Faculdade Campo Real.
- e) Institucionalização de 03 eventos acadêmicos para apresentação de projetos de iniciação a pesquisa – Mostra do Meio Ambiente (Junho), Semana da Cultura (Outubro) e Evento de Iniciação Científica (Outubro).
- f) Inserção gradativa de projetos de iniciação a pesquisa como atividade regular nos Planos de Ensino das disciplinas.

7.2.3 Extensão

7.2.3.1 Itens Avaliados

- a) Políticas institucionais de extensão;
- b) Articulação da extensão com as demais atividades acadêmicas;
- c) Participação dos discentes nas ações extensionistas na formação discente;
- d) A contribuição das ações de extensão para a comunidade acadêmica;
- e) Relevância das atividades de extensão para a comunidade acadêmica;
- f) Relevância das atividades de extensão para a comunidade em que a instituição está inserida.

7.2.3.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- c) Regulamento das Atividades Complementares;
- d) Projetos de Extensão;
- e) Relatórios de Atividades dos Cursos;
- f) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- g) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.2.3.3 Análise

A extensão se consolida como uma responsabilidade da Instituição com o seu entorno, por meio da qual se torna um canal para compartilhar os saberes, visando a transformações sociais, econômicas e políticas e é fator integrador das diversas atividades acadêmicas que têm como compromisso:

- a) Promover ações que favoreçam a parceria entre a Faculdade e a comunidade;
- b) Comprometer a comunidade acadêmica com o desenvolvimento social local e do país;
- c) Estimular parcerias que viabilizem atividades com setores da sociedade para incentivar a cooperação com o mundo do trabalho e a solidariedade;
- d) Compor parcerias em busca de ampliação de oportunidades e o seu autossustento;
- e) Avaliar, sistematicamente, o programa de extensão, verificando se reflete os objetivos esperados.

As atividades de extensão que são desenvolvidas têm reflexos na integração da comunidade acadêmica. Essas ações buscam divulgar junto à comunidade, especialmente junto àqueles que integram o meio acadêmico, o resultado de trabalhos produzidos pelos alunos, sob a orientação dos docentes a exemplo da Semana de Iniciação Científica que é um evento anual e envolve todos os cursos e toda a comunidade acadêmica. As monografias dos egressos que obtiveram destaque têm espaço para apresentação e discussão.

A Faculdade estimula e cria oportunidade para que os alunos exerçam a prática do seu aprendizado juntamente com a comunidade. Atividades que se classificam como eventos, projetos e cursos de extensão contam com participação dos alunos, supervisão dos coordenadores de curso e do coordenador das atividades de extensão e pós-graduação. É acompanhado também pela coordenação de atividades complementares, que integra tais atividades e mantém o controle da efetividade e resultados finais.

7.2.3.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, Projeto Pedagógico dos Cursos, Projetos de Extensão, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.2.3.5 Fragilidades

- a) Incipiente avaliação sistematizada para os projetos de extensão;
- b) Incipiente demanda para cursos de extensão em algumas áreas.

7.2.3.6 Potencialidades

- a) Extensão articulada com a matriz curricular dos cursos;
- b) A existência de um órgão que coordena as atividades de extensão;
- c) Implantação de um Programa Institucionalizado para as Atividades de extensão;
- d) Oferta de cursos e projetos de extensão em todo as áreas;
- e) Participação da comunidade acadêmica nos projetos de extensão;
- f) Envolvimento da comunidade externa nos projetos de extensão;
- g) Oferta de atividades de extensão em consonância com as sugestões de docentes e discentes.

7.2.4 Pós-graduação

7.2.4.1 Itens Avaliados

- a) Políticas Institucionais para a Pós-graduação;
- b) Integração entre a Graduação e Pós-graduação;
- c) Expansão e manutenção da pós-graduação;
- d) Cursos ofertados no período 2010-2011-2012;
- e) Incentivo à qualificação do professor para o magistério superior.

7.2.4.2 Fonte

- a) PDI e PPI;

- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Relatório de Oferta de Cursos. Período 2010-2011-2012
- d) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- e) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012

7.2.4.3 Análise

As políticas de pós-graduação da IES estão definidas nos documentos oficiais norteadores da *praxis* institucional – PDI, PPI e Regimento Interno e as práticas implementadas estão em consonância com o definido.

Vale ressaltar que os cursos oferecidos estão em plena sintonia tanto com a formação acadêmica, quanto com as demandas regionais, visando atingir também a comunidade externa.

As fragilidades da Pós-graduação institucional foram detectadas principalmente na inexistência de avaliação sistematizada para os cursos de Pós-graduação *lato sensu* e a falta de uma política que incentive a produção intelectual, artística e cultural.

7.2.4.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, Projetos de Extensão, Relatório de Oferta de cursos no período 2010-2011-2012, Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011.

7.2.4.5 Fragilidades

- a) Inexistência de mecanismo eletrônico para avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- b) Insuficiência de avaliação sistematizada para os cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- c) Carência de uma política de incentivo para a produção intelectual, artística e cultural.

7.2.4.6 Potencialidades

- a) Incentivo à participação e frequência do corpo discente, docente e administrativo nos cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela IES.

b) Incentivo à participação e frequência da comunidade externa.

7.3 A Responsabilidade Social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição Social, ao Desenvolvimento Econômico e social, à defesa do Meio ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural.

7.3.1 Itens Avaliados

- a) Transferência de conhecimento para o desenvolvimento regional e nacional;
- b) Relação com os setores públicos, produtivos e com o mercado de trabalho;
- c) Relação com instituições sociais, culturais e educativas;
- d) Ações voltadas para o desenvolvimento da democracia e da promoção da cidadania;
- e) Ações desenvolvidas para a inclusão e assistência aos integrantes da comunidade acadêmica;
- f) Inclusão social;

7.3.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Relatório de Atividades;
- d) Convênios/Acordos para fins de responsabilidade social;
- e) Relatórios de dados de bolsa, desconto e financiamento estudantil;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.3.3.3 Análise

A Faculdade, através dos projetos pedagógicos, formaliza orientação e propicia aos acadêmicos desenvolvimento de atitude com relação à responsabilidade social, para isso organiza e desenvolve projetos, tanto de forma autônoma, quanto em forma de parceria com ONG's e com

órgãos públicos e privados, visando implementar as políticas contidas nos documentos oficiais vigentes. Com isso, busca assegurar a transferência de conhecimentos para o desenvolvimento regional e nacional.

As questões ambientais estão relacionadas às mais diversas áreas, sendo muito importante a oportunidade multidisciplinar de momentos que proporcionem reflexão e um olhar especial a esta causa. Diante disso, a Instituição por meio do Projeto Consciência Limpa promoveu ações, entre elas a IV Mostra de Ações em Defesa do Meio Ambiente, com ampla adesão de ONGs, Instituições de Ensino e Empresas locais. O evento foi enriquecido com a inscrição e apresentação de projetos de pesquisa pelos alunos e docentes (bem como, participação aberta e adesão de alunos e professores de outras instituições), que trataram de questões relacionadas ao tema central “Meio Ambiente”. Relacionado à causa, foram realizadas exposições de Arte promovidas pelo Projeto Arte em Campo, da Faculdade. O Projeto Arte em Campo, por meio de programa institucionalizado promoveu diversas exposições com obras de artistas locais e apresentações culturais diversas, com o intuito de incentivar e divulgar a arte e cultura de Guarapuava e região.

A implantação da Clínica Multidisciplinar – Realclin proporcionou mais um espaço para o desenvolvimento de projetos sociais, por realizar atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade economicamente menos privilegiada do município de Guarapuava. Complementa a formação profissional dos alunos dos cursos da Saúde, incentivando a iniciação à pesquisa científica e oportunizando a aplicação prática dos conteúdos teóricos, sendo também campo para os estágios curriculares obrigatórios.

Preocupada com a permanência dos discentes no ensino superior, a Instituição mantém Programas de Financiamento e de Bolsas acessados pelos alunos de forma significativa.

CPA - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Relatórios Financeiros - Benefícios

Prof. Daniel Alberto Machado Gonzales

Período: 2013/I	Curso									
	Administração	Biomedicina	Com. Social - PP	Direito	Enfermagem	Eng. Agrônômica	Eng. De Produção	Nutrição	Psicologia	Total
ProUni	58	36	17	93	22	51	21	21	21	340
	17%	11%	5%	27%	6%	15%	6%	6%	6%	22%
FiEs	42	78	10	87	39	157	25	25	43	506
	8%	15%	2%	17%	8%	31%	5%	5%	8%	33%
Convênio Empresa	48	8	2	12	7	36	36	1	1	151
	32%	5%	1%	8%	5%	24%	24%	1%	1%	10%
Funcionário	5	1	2	0	0	3	3	1	3	18
	28%	6%	11%	0%	0%	17%	17%	6%	17%	1%
Amigo Real	35	16	7	30	5	38	21	2	12	166
	21%	10%	4%	18%	3%	23%	13%	1%	7%	11%
Obtenção denovo Título	9	6	4	86	4	51	21	3	12	196
	5%	3%	2%	44%	2%	26%	11%	2%	6%	13%
FiCaR	8	19	9	40	12	29	6	0	14	137
	6%	14%	7%	29%	9%	21%	4%	0%	10%	9%
Total	205	164	51	348	89	365	133	53	106	1514
	14%	11%	3%	23%	6%	24%	9%	4%	7%	100%

Fonte: Setor Financeiro – Faculdade Campo Real

CPA - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO										
Relatórios Financeiros - Benefícios										
Prof. Daniel Alberto Machado Gonzales										
Período: 2013/2	Curso									
Tipo de Financiamento	Administração	Biomedicina	Com. Social - PP	Direito	Enfermagem	Eng. Agrônômica	Eng. De Produção	Nutrição	Psicologia	Total
ProUni	52	29	13	78	22	49	20	18	17	298
	17%	10%	4%	26%	7%	16%	7%	6%	6%	19%
FiEs	59	86	13	110	40	192	30	30	46	606
	10%	14%	2%	18%	7%	32%	5%	5%	8%	39%
Convênio Empresa	58	6	1	8	6	39	31	1	0	150
	39%	5%	1%	8%	5%	24%	24%	1%	1%	10%
Funcionário	9	5	2	4	2	6	4	1	3	36
	25%	14%	6%	11%	6%	17%	11%	3%	8%	2%
Amigo Real	43	17	11	27	8	32	25	5	5	173
	25%	10%	6%	16%	5%	18%	14%	3%	3%	11%
Obtenção de novo Título	12	2	4	76	3	48	20	2	12	179
	7%	1%	2%	42%	2%	27%	11%	1%	7%	12%
FiCaR	9	10	7	31	9	22	6	0	14	108
	8%	9%	6%	29%	8%	20%	6%	0%	13%	7%
Total	242	155	51	334	90	388	136	57	97	1550
	16%	10%	3%	22%	6%	25%	9%	4%	6%	100%

Fonte: Setor Financeiro – Faculdade Campo Real

Pode-se verificar com a demonstração dos números apresentados no gráfico, que no final de 2013, 65,3% dos acadêmicos possuíam algum tipo de benefício. A exemplo: FIES (39% dos acadêmicos acessaram o benefício), PROUNI (19% dos acadêmicos acessaram o benefício), Convênios (10% dos acadêmicos acessaram o benefício), Incentivo ao Funcionário Aluno ou familiar direto (2% dos funcionários acessaram o benefício). Para facilitar e incentivar o acesso e permanência no ensino superior foram criados os Programas Financiamento Interno Campo Real - FICAR (7% dos acadêmicos acessaram o benefício), o desconto para Obtenção de Novo Título (12% dos acadêmicos acessaram o benefício) e Amigo Real (11% dos acadêmicos acessaram o benefício). O benefício Amigo Real oportuniza descontos cumulativos àqueles que apresentarem amigos que tenham matrícula efetivada; o benefício persiste enquanto o aluno indicado permanecer matriculado.

Esses programas visam alcançar pessoas oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo e as oportuniza inclusão e permanência no meio acadêmico. Essa é uma forma de inclusão de alunos que estavam em situação desfavorecida visando prepará-los para o mercado de trabalho. Algumas ações têm respaldo de parcerias com órgãos públicos e setores produtivos.

Há preocupação da instituição em trabalhar o tema responsabilidade social nas atividades de ensino e para oficializar essa ação oferecem, durante o percurso do acadêmico, seminários e encontros que versam sobre o tema e possibilitam vivência e aplicabilidade com as ações de responsabilidade social.

A oferta de cursos visando o desenvolvimento regional, a concessão de bolsas, a existência de fontes de financiamento estudantil e a diversidade de ações para o desenvolvimento das finalidades institucionais são ações que realçam a Responsabilidade Social institucional.

Destaca-se que a Ação Social da Instituição é cada vez mais reconhecida e requisitada pela comunidade local e da região. Foi reconhecida também pela ABMES – Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior e pelo Movimento Nós Podemos Paraná, do sistema FIEP, sendo condecorada com o Selo de Instituição Parceira para os Objetivos do Milênio.

7.3.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, dos Relatórios de Atividades Complementares, dos Convênios e Termos de compromisso para fins de responsabilidade social, dos Relatórios de dados de bolsa, desconto e financiamento estudantil e do Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.3.5 Fragilidades

a) Insuficiência de informações sistematizadas sobre benefícios sociais resultantes das ações institucionais;

7.3.6 Potencialidades

a) Oferta de cursos visando o desenvolvimento regional;

b) Concessão de bolsas;

- c) Existência de fontes de financiamento estudantil;
- d) Difusão para a comunidade acadêmica das ações voltadas para o desenvolvimento social;
- e) Conscientização do corpo discente quanto a sua responsabilidade social, ainda enquanto acadêmicos, e posteriormente, como profissionais;
- f) Programa Institucionalizado de incentivo e divulgação da Arte e Cultura;
- g) Programa Institucionalizado de ações que promovem e incentivam a defesa do meio ambiente;
- h) Diversificação de propostas de atividades sociais promovidas pela Instituição;
- i) Reconhecimento da sociedade em relação à responsabilidade social da Instituição;
- j) Representatividade da IES em órgãos de classe e conselhos;
- k) Parcerias estáveis;
- l) Incipiente continuidade de ações junto ao mesmo público-alvo beneficiado.
- m) Serviços gratuitos à comunidade prestados pela Clínica Escola, BZZ (Agência Experimental do Curso de Publicidade e Propaganda) e Escritório de Prática Jurídica.

7.4 A Comunicação com a sociedade

7.4.1 Itens Avaliados

- a) Políticas para a comunicação;
- b) Recursos e qualidade da comunicação interna;
- c) Estratégias e recursos na comunicação externa;
- d) Serviço de Ouvidoria;
- e) Comprometimento da comunicação interna e externa com a missão e os objetivos institucionais;
- f) Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

7.4.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Site da Instituição
- c) Manual do Docente;
- d) Manual do Discente;
- e) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.4.3 Análise

As políticas para a comunicação estão definidas através de canais de comunicação e sistema de informação que funcionam e garantem a clareza da organização, da gestão e a visão de futuro. Existem mecanismos definidos para a coleta, sistematização e divulgação da informação e sua respectiva periodicidade.

Para garantir a articulação entre os diversos setores institucionais utilizam-se os serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação *internet* e *intranet* que além de divulgação funcionam como mecanismos que colaboram na tomada de decisões, bem como nas funções de acompanhamento e controle.

Nas estratégias e recursos na comunicação externa a IES mantém práticas consolidadas de divulgação com visão de futuro e que permitam dialogar com o entorno a fim de identificar demandas, bem como formas de apoio acadêmico e institucional e utiliza meios de comunicação fidedignos e eficazes que democratizam e facilitam o acesso às informações, aos trabalhos e as atividades realizadas na IES.

Há a divulgação pública dos critérios de seleção e admissão de estudantes.

Com a implantação da ouvidoria, tornou mais rápida e prática a resolução de pedidos e reclamações dos acadêmicos e docentes. A ouvidoria é um canal onde os alunos, docentes e instituição estão interligados para melhoria da comunicação interna.

7.4.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, do Manual do Docente e do Discente e do Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.4.5 Fragilidades

- a) A divulgação das informações institucionais de interesse dos discentes nem sempre atingem o alvo, ou seja, os acadêmicos;
- b) Insipiente inclusão digital na zona rural na região de Guarapuava.

7.4.6 Potencialidades

- a) Existência de órgão estruturado para a comunicação e marketing;
- b) O site permite interatividade entre a comunidade acadêmica, a comunidade externa e a Faculdade;
- c) Email institucional como instrumento de comunicação entre seus pares;
- d) Imagem pública da Faculdade é forte, conhecida pelo slogan “Excelência no Ensino Superior”;
- e) “Contato com o Diretor”, canal eficiente de comunicação;
- f) “Fale Conosco” – Canal eficiente de comunicação;
- g) “Trabalhe Conosco” – Canal eficiente de comunicação;
- h) “Manual do Acadêmico” – Manual eficiente de informação para o discente;
- i) “Campo Real Passo a Passo” – Manual eficiente de informação para o docente;
- j) “Infocampo” – Informativo institucional com circulação gratuita e regional;
- k) “DNA da Notícia” – Informativo do curso de Biomedicina com circulação gratuita e direcionada;
- l) “Jornal das Engenharias” – Implantação do Informativo dos cursos de Engenharia Agrônômica e Engenharia de Produção, com circulação gratuita e direcionada;

m) Mídias Sociais – www.facebook/faculdadecamporeal - www.twitter.com/campo_real - www.youtube.com/estudiocamporeal – Canais eficientes de comunicação e de “feedback”.

7.5 As Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo, seu Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e suas condições de trabalho.

7.5.1 Itens avaliados

- a) Critérios de admissão e de progressão do corpo docente e administrativo;
- b) Plano de Cargos, Carreira e Salários homologado e implantado para o corpo docente e técnico-administrativo;
- c) Programa de qualificação profissional e acompanhamento do trabalho para o corpo docente e técnico-administrativo;
- d) Estrutura de Poder;
- e) Clima Institucional e Relações interpessoais;
- f) Grau de satisfação pessoal e profissional;
- g) Experiência e formação do corpo docente e do técnico-administrativo e os objetivos institucionais.

7.5.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Planos de Cargos, Carreiras e Salários;
- c) Relação do Corpo Docente;
- d) Regimento Interno da IES;
- e) Quadro do Corpo Docente e Regime de Trabalho (integral, parcial e horista);
- f) Quadro do Corpo Docente e titulação (doutor, mestre e especialista);

- g) Quadro do Corpo Docente e Experiência no Magistério Superior e profissional;
- h) Relação de funcionários do corpo técnico-administrativos;
- i) Escolaridade do corpo técnico-administrativos;
- j) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.5.3 Análise

Da análise dos documentos que avaliam as Políticas de Pessoal, as Carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, o Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e as condições de trabalho, conclui-se que os critérios de admissão e de progressão do corpo docente e administrativo estão definidos nos documentos oficiais, muito embora nem sempre as admissões ocorram pelo Processo Seletivo Institucionalizado. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários para docentes foi homologado e imediatamente implantado em outubro de 2010, e do corpo Técnico-administrativo em dezembro de 2010.

No programa de qualificação profissional e acompanhamento do trabalho para o corpo docente e técnico-administrativo foi identificado que a instituição apoia a participação dos docentes em cursos de formação permanente, existindo uma política de formação, com programa planejado semestralmente para docentes e anualmente para o corpo Técnico-administrativo, como também conta com equipe do NAPP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico, para suporte técnico e orientação didático-pedagógica.

Com referência ao item estrutura de poder, a Faculdade conta com procedimentos adequados para conduzir os processos de tomadas de decisão dentro de uma estrutura organizacional colegiada em conformidade com o Regimento Interno da IES.

A deliberação das decisões, dentro dos cursos, acontece via colegiado de curso constituída do coordenador e de representantes dos corpos docente e discente, e quando há necessidade de uma tomada de decisão institucional, a Diretoria Geral a define, juntamente com a mantenedora.

O clima institucional e a satisfação nas relações interpessoais são incentivados, realçando os índices de satisfação pessoal e profissional.

A experiência e formação do corpo docente e do técnico-administrativo atende os objetivos institucionais. O corpo docente e administrativo da IES passa por uma seleção para ingresso. Nessa fase é averiguada a experiência e a formação.

Para garantir a formação permanente, a IES oferece através do NAPP Programa de Formação Permanente. Em 2011, ofertou Curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência do Ensino Superior, destinada também aos professores da IES visando propiciar àqueles oriundos de bacharelado noções de Didática e técnicas atualizadas de ensino.

7.5.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, da Relação do Corpo Docente e dos Funcionários Técnico-administrativos, do Relatório Qualitativo do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo, Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012 e Reunião com o Corpo Técnico-administrativo.

7.5.5 Fragilidades

a) Pouco envolvimento do corpo docente em pós-graduação e pesquisa.

7.5.6 Potencialidades

a) Critérios de admissão do corpo docente bem definido;

b) Clima organizacional e as relações interpessoais são boas;

c) Apoio à formação permanente para o corpo técnico-administrativo;

d) Programa de formação permanente para corpo técnico-administrativo;

e) Perfil do Corpo técnico-administrativo coerente com objetivos institucionais;

f) Projeto e ações voltadas para o acompanhamento do trabalho docente;

g) Promoção de eventos para formação pedagógica permanente;

h) Assessoramento pedagógico aos Coordenadores e Professores;

i) Satisfação dos docentes em relação às condições de trabalho;

j) Apropriação do Plano de Cargo e Salários pelos docentes.

7.6 Organização e Gestão da Instituição, especialmente o Funcionamento e Representatividade dos Colegiados, sua Independência e Autonomia na Relação com a Mantenedora, e a participação dos segmentos.

7.6.1 Itens avaliados

- a) Gestão Institucional e a coerência com os objetivos institucionais;
- b) Estrutura organizacional;
- c) Modelo de participação dos atores na gestão;
- d) Funcionamento, composição, atribuição e autonomia do conselho Superior;
- e) Funcionamento, composição, atribuição e autonomia do conselho Acadêmico;
- f) Instâncias de Apoio para tomada de decisão;
- g) Sistema de recursos de informação e comunicação;
- h) Sistema de arquivo e registro acadêmico;

7.6.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Regimento Interno da IES;
- c) Normas Internas;
- d) Atos de órgãos colegiados;
- e) Funcionamento do sistema de informação;
- f) Organograma;
- g) Contratos de prestação de serviços;

f) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;

h) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.6.3 Análise

Na análise feita nos resultados da avaliação no item Organização e Gestão da Instituição observou-se que a Gestão Institucional está coerente com as políticas constantes nos documentos oficiais PDI e PPI.

A estruturação e funcionamento, composição, atribuição e autonomia do Conselho Superior estão de acordo com o contido nos documentos oficiais. A autonomia, os critérios de indicação e recondução dos membros, a periodicidade das reuniões, o registro das deliberações feitas em atas, toda a estrutura expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa.

Registrou-se que está implantado e implementado o funcionamento, composição, atribuição e autonomia do CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que existe periodicidade definida para as reuniões ordinárias. As reuniões têm suas deliberações registradas em atas, sendo que a periodicidade das reuniões garante as tratativas acadêmicas e as deliberações têm maior credibilidade entre os atores envolvidos porque resulta uma decisão colegiada.

Registra-se a existência do sistema de recursos de informação e comunicação, especialmente o que recebe apoio da tecnologia da informação a exemplo da *internet* e da *intranet* que facilitam e agilizam sobremaneira a comunicação interna e ajudam na divulgação das ações desenvolvidas ou em desenvolvimento na IES.

Desfecha-se a gestão institucional com ênfase para a existência do sistema de arquivo e registro acadêmico que permite também fazer a memória da vida acadêmica dos alunos matriculados na IES.

7.6.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, das Normas Internas, das Atas dos Colegiados, do Organograma, do Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011, dos Contratos de prestação de Serviços, Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e Reunião com a Secretaria Acadêmica e o Núcleo de Tecnologia e Informática.

7.6.5 Fragilidades

a) Baixa apropriação da legislação institucional para o corpo discente;

7.6.6 Potencialidades

a) Equipe estruturada para regularizar, arquivar e recuperar atos normativos institucionais;

b) Adequação da estrutura organizacional aos objetivos e metas da instituição;

c) Sistema de informação, registro e arquivo adequados às necessidades de planejamento da instituição;

c) A legislação institucional à disposição de toda comunidade acadêmica;

d) Fluxo adequado de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional;

e) Regularidade do funcionamento dos órgãos colegiados;

f) Representação de todos os segmentos acadêmicos.

7.7 Infraestrutura física, especialmente a de Ensino e de Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunicação.

7.7.1 Itens avaliados

a) Instalações gerais quanto ao número, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza para implementação dos objetivos e fins institucionais;

b) Instalações acadêmico administrativas para atendimento à comunidade acadêmica segundo os objetivos e fins institucionais;

c) Condições de acesso para portadores de deficiência;

d) Conservação e manutenção das instalações físicas coerente com o plano nos documentos oficiais;

e) Acesso à equipe de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet, em função das necessidades do Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão;

f) Políticas institucionais de expansão, atualização e conservação dos equipamentos, de acordo com o plano nos documentos oficiais;

g) Infraestrutura de apoio para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

h) Instalações da biblioteca e serviços ofertados;

i) Instalações e laboratórios específicos e serviços ofertados;

7.7.2 Fonte

a) PDI e PPI;

b) Relatório de infraestrutura;

c) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;

d) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.7.3 Análise

Na visão do corpo discente, docente e do corpo técnico administrativo, a infraestrutura física e acadêmica da instituição, incluindo o atendimento do pessoal, está avaliada como boa.

Os procedimentos de limpeza e conservação do prédio têm por objetivo proporcionar à comunidade (alunos, professores e funcionários), maior conforto e plenas condições para que as atividades-fim sejam buscadas e alcançadas com êxito.

Com relação às normas de segurança, a CIPA disponibiliza procedimentos, orientações e Normas de Segurança da Instituição a todos os funcionários e em especial aos técnicos de laboratório (informática e os casos da área da saúde).

A acessibilidade é respeitada e garantida. Há vagas de estacionamento para portadores de necessidades especiais e espaço destinado para estacionamento disponibilizado a professores, alunos e funcionários, atendendo parte da demanda.

Foi adquirido um novo carro para a Faculdade, em substituição ao modelo anterior. Será ampliada a frota da Faculdade com a aquisição de uma van de 16 poltronas, sendo que a IES já

conta com ônibus de 44 poltronas, ambos com o propósito de transportar alunos e professores em viagens técnicas e culturais ou outras situações que atendam os objetivos institucionais.

O acesso à rede/web e email corporativo se dá através de senhas emitidas previamente pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, para o acesso, ficando depois, sob inteira responsabilidade do usuário em alterá-la e administrá-la. Com relação ao acesso às Tecnologias de Informação e comunicação pela administração, a Instituição possui acesso à Internet com restrições a alguns sites. O Setor de NTI teve suas instalações reformadas e adequadas.

O Setor de Serviços Financeiros e o Setor de RH encontram-se na Unidade I, centralizando-se dessa forma o atendimento a esses serviços todos em uma mesma Unidade. A disposição atende a facilitação de acesso e atendimento aos alunos e comunidade externa. A construção de novos banheiros nessa Unidade também teve atenção. A Secretaria Acadêmica permanece na Unidade I, recebendo também atenção na compra de novos computadores e adequação dos arquivos.

A área de convivência da Unidade III é disponibilizada para alunos, professores e corpo técnico administrativo. Nesse espaço conta-se com cozinha, sala de estar, churrasqueira. Anexo, espaço para hospedagem de Professores residentes em outras localidades. As Professoras residentes em outras localidades são hospedadas em espaço também específico para esse fim, próximo à faculdade.

O Setor de Reprografia, setor terceirizado, passa por regulares adequações especialmente após os resultados das avaliações institucionais e dos seminários de avaliação institucional semestrais, com imediata manifestação de satisfação dos alunos e professores. O setor tem seus serviços ampliados também com a oferta de espaço para esse fim, localizado na Unidade V da Instituição, local que recebeu novo computador para uso dos alunos em 2012 (acesso direto a arquivos para impressão).

A cantina tem suas instalações em dois espaços, sendo um deles na Unidade IV e outro na Unidade I, ampliado para restaurante. Por ser um serviço terceirizado, há regular discussão sobre a prestação desse serviço e adequação aos interesses dos alunos. A reforma desse espaço teve especial atenção.

Com relação à estrutura da Biblioteca, o acervo é atualizado continuamente, proporcionando à comunidade acadêmica acesso à literatura científica atualizada. Teve investimento significativo, o que refletiu no aumento do índice de satisfação manifestado por alunos e discentes. As instalações

foram ampliadas e reestruturadas, a exemplo, as novas cabines de estudo individual, os computadores de acesso aos alunos, os novos pontos de atendimento, a ampliação do espaço para o acervo. Entre os setores, figura entre os que apresentam os maiores índices de satisfação da comunidade acadêmica, alcançando em 2012/01 maior nota atribuída pelos alunos.

A Instituição possui seis laboratórios de informática, sendo que são atualizados e substituídos conforme a necessidade institucional e acadêmica.

A instituição possui um total de 17 laboratórios e um Centro de Esterilização. Teve em 2012 a inauguração de um Laboratório de Biologia Molecular, referência na região. A Unidade V disponibiliza Laboratório de Termodinâmica e Fenômenos de Transporte, Laboratório de Desenho Técnico, Laboratório de Anatomia e Fisiologia de Animais, Laboratório de Solos e Botânica. Houve considerável investimento na aquisição de equipamentos para melhoria da funcionalidade desses laboratórios. Entre os setores, figura entre os que apresentam os maiores índices de satisfação da comunidade acadêmica, alcançando em 2012/02, 2013/01 e 2013/02 maior nota atribuída pelos alunos.

Para adequar o espaço físico às demandas acadêmico-institucionais, a IES disponibiliza a Fazenda Experimental e a Clínica Multidisciplinar, espaços que complementam a formação profissional, incentivando a iniciação à pesquisa científica e oportunizando a aplicação prática dos conteúdos teóricos. A Fazenda Experimental tem área necessária para atender prioritariamente às aulas do curso de Engenharia Agrônoma. A Clínica Multidisciplinar amplia as possibilidades de aprendizagem e prática para os alunos dos cursos da Saúde e é um espaço destinado para os campos de estágios curriculares obrigatórios, com atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade economicamente menos privilegiada do município de Guarapuava. Passou por adequações conforme a demanda, ampliando a oferta dos serviços, especialmente para o curso de Enfermagem.

Contemplando também a adequação do espaço físico, à medida que a IES cresceu, cresceu a necessidade de novas salas de aula e novos laboratórios. Atendendo a essa demanda, a Unidade V sedia as salas de aula dos cursos de Engenharia Agrônoma e Engenharia de Produção e dos laboratórios que atendem os respectivos cursos. A Unidade V oferta também Secretaria Acadêmica, sala das Coordenações, sala dos Professores e serviço de reprografia.

O Curso de Publicidade e Propaganda teve a Unidade II adaptada, ampliando o espaço da Agência Experimental e há constante aquisição de novos materiais para os laboratórios que atendem

o respectivo curso. Foram adquiridos equipamentos para o curso, como computadores, softwares, máquina fotográfica. Telas e data show para demanda das aulas do curso.

O Escritório de Prática Jurídica passou por reestruturação e adequações, sendo instalado em novo espaço na Unidade II, ampliado e adequado às funções, melhorias que possibilitaram maior qualidade no atendimento da comunidade externa e na atuação dos alunos. Teve todos os computadores substituídos no ano de 2012.

A demanda institucional foi atendida também na compra de novos aparelhos de data-show, computadores, máquina fotográfica, filmadora, com orçamento previsto e sem o comprometimento de planejamento financeiro.

Ao se comparar os projetos de construção e melhoria de espaços físicos com a atual infraestrutura, percebeu-se que muitas ações não foram contempladas no PDI. Surgiu daí a necessidade de uma revisão do PDI, com propostas mais atualizadas e alinhadas à realidade da Faculdade e suas metas de gestão para os próximos anos.

7.7.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, do Relatório de infraestrutura e visita em todas às instalações, do Relatório Final de Autoavaliação Institucional 2010-2011 e Reuniões com docentes e corpo técnico-administrativo da IES.

7.7.5 Fragilidades

a) Estacionamento insuficiente para a comunidade acadêmica;

7.7.6 Potencialidades

a) Critérios claros para expansão do acervo;

b) Atendimento eficiente da Biblioteca;

c) Espaço adequado de convívio da comunidade acadêmica;

d) Estacionamento apropriado para portadores de deficiência;

e) Área destinada para estacionamento;

f) Unidade específica para os cursos de Engenharias;

g) Adequação do espaço físico às demandas acadêmico-institucionais.

7.8 Planejamento e Avaliação, especialmente em Relação aos processos, Resultados e Eficiência da Autoavaliação Institucional.

7.8.1 Itens avaliados

a) Planejamento geral com os objetivos institucionais e sua efetividade;

b) Procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica;

c) Relação entre Autoavaliação e o Planejamento geral;

7.8.2 Fonte

a) PDI e PPI;

b) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;

c) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.8.3 Análise

Obedecendo imediatamente a determinação do MEC – Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a autoavaliação foi implantada na Faculdade Campo Real no ano de 2004, o que propiciou o clima institucional da avaliação e foi se adaptando às demandas ministeriais que primam por um processo mais acurado e sistematizado. Atualmente pontua-se o planejamento geral da Autoavaliação em plena consonância com os objetivos institucionais e sua efetividade e, para assegurar essa atividade acadêmica conta-se com o apoio incontinenti e comprometimento da gestão institucional.

Após a elaboração do Relatório de autoavaliação interna, sucedeu-se o trabalho de divulgação dos resultados, por meio de reuniões e discussões críticas ao processo avaliativo e estabelecimento de metas e ações futuras.

Foi elaborado e divulgado um cronograma de ações em função dos resultados do Processo e Avaliação Interna, em consonância com as dimensões avaliadas.

O compromisso da Instituição em relação ao incremento de uma cultura avaliativa fortaleceu-se e todas as coordenações promoveram reformulações e readequações nos Projetos Pedagógicos de seus cursos.

Nos procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica, registra-se a periodicidade semestral para a realização das ações de avaliação interna, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do projeto pedagógico, com aplicação de questionários aos alunos e docentes, para maior conhecimento das dificuldades e propostas de ação de melhorias.



Fonte: Relatórios CPA

Os dados apresentados no gráfico permitiram a realização de um estudo comparativo entre o percentual de participação discente a cada ciclo avaliativo, demonstrando que a credibilidade e o princípio participativo no processo vem sendo garantido.

Identificou-se que a relação entre a autoavaliação e o planejamento geral resultou na geração de juízos críticos sobre a Instituição, sinalizando fragilidades e oportunidades com vistas à melhoria constante da qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade acadêmica. A autoavaliação permitiu também a criação de mecanismos ao corpo discente, docente e técnico-administrativo participar de forma efetiva dos processos de avaliação da Instituição.

7.8.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e do Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.8.5 Fragilidades

- a) Inexistência de mecanismo eletrônico para avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- b) Incipiente acesso ao link do egresso.

7.8.6 Potencialidades

- a) Avaliação Institucional implantada em 2004, em conformidade com a Lei nº 10.861, de abril de 2004;
- b) Alto comprometimento do corpo discente com a autoavaliação;
- c) Direção Geral comprometida com a Avaliação Institucional;
- d) Resultado da Autoavaliação divulgado no site da Instituição, pelo NAPP, pelo Corpo Docente, pelos Informativos da CPA e nos Seminários Acadêmicos sobre Avaliação Institucional;
- e) Planejamento incorpora ações em função do resultado da autoavaliação;
- f) Docentes recebem semestralmente relatórios individuais do resultado quantitativo da avaliação institucional discente;

7.9 Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos

7.9.1 Itens avaliados

- a) Políticas de acesso, seleção e permanência de discentes;
- b) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino;
- c) Dados estatísticos da evolução dos cursos;
- b) Acompanhamento do egresso.

7.9.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projetos de cursos;
- c) Relatórios do NAPP - Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- d) Relatórios de Acompanhamento do Egresso;
- e) Link do Egresso;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.9.3 Análise

As políticas de apoio ao discente e ao egresso estão definidas no PDI, no PPI, no PPC, no Regimento Interno e documentos oficiais congêneres visando dar conhecimento à comunidade interna e externa dos programas de apoio aos alunos (acadêmicos e os egressos). Para dar continuidade às políticas contam-se com equipes formadas por profissionais especializados visando assegurar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando orientações de aconselhamento e acompanhamento a adaptação, especialmente aos ingressantes.

Esse Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAPP, acompanha as políticas de acesso, seleção e permanência de discentes que estão definidas e implementadas. Os dados estatísticos da evolução dos cursos é resultado da interpretação e análise do processo avaliativo institucional, bem como de demanda legal referente aos cursos.

A instituição faz parcerias com instituições de ensino médio, públicas e privadas, permitindo e facilitando aos professores promoverem ações junto às escolas. Entre essas ações destacam-se as palestras, seminários e mostras de profissões, como também disponibiliza o acesso ao uso das dependências da Faculdade em horários alternativos para a implementação dos estudos em laboratórios, biblioteca, salas de aula, salão nobre.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAPP é incrementado para fazer os atendimentos aos alunos e professores diante das adversidades acadêmicas, a citar o Programa de Nivelamento

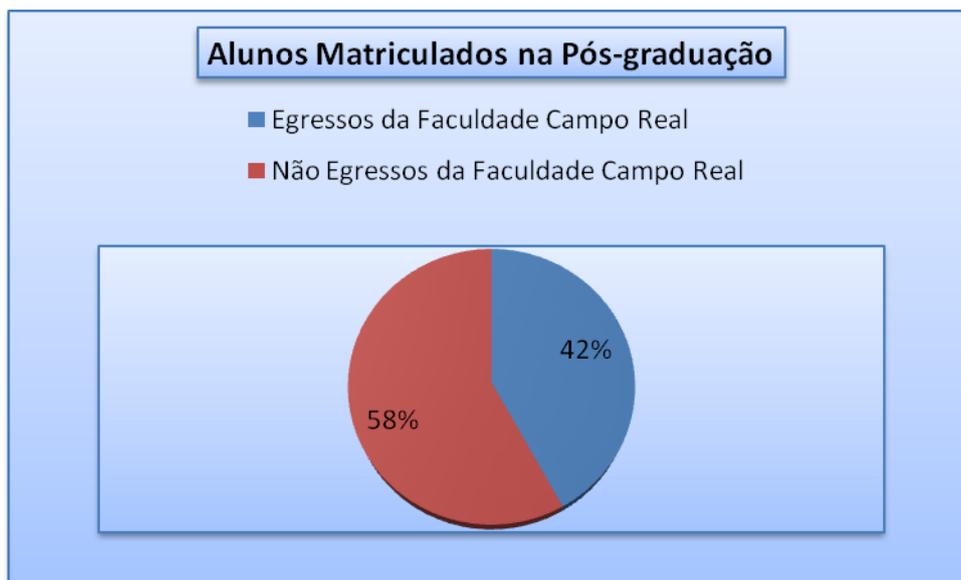
que visa oportunizar ao aluno ferramentas para ajudá-lo a iniciar a trilha acadêmica do conhecimento. A ampla divulgação e análise do perfil do ingresso pelos docentes e corpo técnico administrativa faz parte de um programa institucional que está sendo estruturado e tem metas específicas para inibição dos índices de evasão apontados.



Fonte: Secretaria Acadêmica

Os dados apresentados no gráfico permitem a realização de um estudo comparativo entre o percentual de alunos evadidos por curso nos anos de 2012 e 2013, tendo a visualização da informação sobre o percentual de evasão de alunos calouros e alunos veteranos, o que permite o direcionamento das medidas com caráter de prioridade.

Foi implantado um programa de contato com Egressos para maior divulgação dos cursos ofertados pela Instituição e com registro de informações que pesquisam e ampliam a construção do relatório sobre os índices de satisfação do egresso e seu posicionamento no mercado de trabalho. Em 2011, verificou-se que 62,5% dos alunos de pós-graduação eram egressos, em 2012 o índice apontou 22% de egressos matriculados, e em 2013, como demonstra o gráfico abaixo, alcançou 42% do total.



Fonte: Secretaria Acadêmica

7.9.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e do Relatório do link do egresso, Relatórios de bolsas e do Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.9.5 Fragilidades

- a) Dificuldade de atualização dos contatos de parcela dos egressos;
- b) Projeto de acompanhamento do egresso pouco estruturado;
- c) Incentivo insuficiente à participação de eventos e divulgação de trabalhos discentes;
- d) Inexistente mecanismo eletrônico para avaliação da IES pelo egresso.

7.9.6 Potencialidades

- a) Atuação eficiente do NAPP;
- b) Divulgação para egressos dos cursos ofertados pela instituição;
- c) Significativa taxa de retorno do egresso para os cursos de pós-graduação.

7.10 Sustentabilidade financeira, tendo em vista o Significado Social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

7.10.1 Itens avaliados

- a) Planejamento e orçamento institucional;
- b) Obrigações trabalhistas.

7.10.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Relação de cursos;
- c) Relação do corpo docente;
- d) Relação do corpo técnico-administrativo;
- e) Folhas de pagamento - 2013/01 – 2013/02;
- f) Planilha de liberação de verbas;
- g) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.10.3 Análise

Existe na Instituição um acompanhamento sistemático e contínuo da área financeira orçamentária. Todos os dados são partilhados e refletidos mensalmente pela Diretoria Financeira em conjunto com a Direção Geral.

Planilhas de previsão orçamentária e cronograma de execução são elaborados no final de cada semestre e encontram-se disponíveis no setor específico. A instituição prioriza a utilização de recursos próprios no desenvolvimento de suas atividades, ampliando suas dependências. A necessidade de equipamentos e reforma na infraestrutura necessária ao atendimento da demanda dos novos cursos está contemplado no orçamento da instituição sem o comprometimento do Planejamento Financeiro.

As obrigações trabalhistas não comprometem a sustentabilidade da Faculdade uma vez que atualmente são cumpridas em sua totalidade, não apresentando nenhuma inadimplência de encargos sociais e trabalhistas.

Os recursos destinados para a formação permanente do corpo técnico administrativo e dos docentes foi ampliado. Também foram ampliados os custos com a contratação de docentes não residentes em Guarapuava, o que atende aos interesses da instituição conforme o perfil desejado (observando-se a escassez de docentes em determinadas áreas). Resultando, houve ampliação de recursos destinados para manutenção da permanência desses profissionais no corpo docente da IES, a citar custos com deslocamento, hospedagem e alimentação.

Em 2013, a média do total de alunos da Faculdade contou com aproximadamente 2300 alunos e existe expectativa de ampliação para os próximos anos, com a implantação de novos cursos. De acordo com as diretrizes apontadas no PDI existem questões que estão sendo atendidas com o objetivo de propor melhorias nos equipamentos, laboratórios e infraestrutura da Faculdade.

Conclui-se, então, que a sustentabilidade financeira da Faculdade apresenta harmonia e estabilidade, de modo a continuar seu compromisso na oferta da educação superior para a comunidade em que está inserida.

7.10.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Relatório dos cursos e quantitativo discente, do Relatório do corpo docente e técnico-administrativo, do Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2011-2012.

7.10.5 Fragilidades

a) Pouca disponibilidade de maiores recursos para a iniciação científica.

7.10.6 Potencialidades

a) Proposta orçamentária coerente com as políticas constantes nos documentos oficiais;

b) Regular destinação de recursos para a manutenção da infraestrutura;

c) Regular destinação de recursos para a atualização dos equipamentos;

- d) Regular destinação de recursos para a atualização e ampliação do acervo bibliográfico;
- e) Pagamento rigorosamente em dia dos salários;
- f) Maior disponibilidade de recursos para a capacitação de docente.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o processo de autoavaliação demonstra-se que a Instituição, em termos gerais realiza a sua missão com qualidade e responsabilidade social. Diante de um cenário regional e nacional que expressa baixos índices de preenchimento e/ou manutenção de vagas, destaca-se o alto percentual de preenchimento e manutenção de vagas pela Faculdade Campo Real nos últimos anos.

Os problemas revelados nas análises efetuadas demonstram-se na maioria operacionais, infraestrutura enquanto que as potencialidades concentram-se em aspectos essenciais da vida acadêmica como a qualidade do ensino, a competência e responsabilidade dos docentes e administradores, etc. Como aspectos conjunturais estão a necessidade de manutenção da qualidade do corpo docente comprometido com os interesses da Faculdade e do corpo técnico-administrativo em educação e as questões de infraestrutura.

O trabalho de Avaliação Institucional está orientado por princípios como a continuidade, a perspectiva formativa e a credibilidade. Baseia-se no conhecimento da realidade em um processo processo ativo e ininterrupto e que exige investimentos, avaliação formativa, redirecionamento e aperfeiçoamento. Há efetivo compromisso do processo de tomada de decisão baseados nos dados construídos no processo avaliativo. Há predomínio da reflexão fundamentada em dados, o que é condição para a consciência e o compromisso com ações que possam desencadear mudanças. Tal proposta encontra justificativa na necessidade de integrar ações avaliativas no sistema organizacional capaz de gerar um modelo orientado para a ação ligando necessariamente as atividades analíticas às de gestão. (Hartz, 2002, p.419).

Portanto, para a garantia da credibilidade do processo, que todas as observações aqui contidas sejam objeto de cuidadosa atenção por parte dos responsáveis pela gestão e pelo planejamento institucional, direção geral em seus diversos níveis e a mantenedora no planejamento estratégico. A atualização do Plano Institucional se utilizando dessas informações foi retrato da devida atenção ao conjunto de informações disponíveis.

Pode-se inferir que essa ação avaliativa é uma estratégia pedagógica que tem a mais alta significação, pelo fato de ter possibilitado a geração de uma expressiva massa de informações atualizadas para o uso do replanejamento dos cursos, observando-se as novas exigências impostas num novo redesenho universitário. Isso significou ampliar e intensificar o processo de integração de diferentes setores resgatando princípios de trabalho coletivo, marca dessa faculdade, bem como contribuir para o atendimento às demandas dos Coordenadores de Curso que necessitam de subsídios para o desenvolvimento de suas atividades.

A experiência descrita neste relatório retrata o andamento de trabalho avaliativo que compreende que a excelência de um Curso de Graduação, que a “Excelência no Ensino Superior” é um conceito pouco objetivo e que não possui uma métrica possível. Para avaliá-la e não simplesmente medi-la torna-se necessário um conjunto de dimensões e instrumentos complementares, capazes de identificar tanto os aspectos relativos à estrutura, processos e resultados quanto aqueles relativos à percepção das pessoas que trabalham produzindo e vivenciando a Educação.

É princípio também a desvinculação do caráter punitivo, discriminatório e burocrático. A avaliação é instrumento político, participativo, de corresponsabilidade, dirigido à emancipação das pessoas, da instituição e da sociedade. Faz-se legítimo, pois a avaliação como instrumento de reconstrução de práticas emerge de um processo de confronto e negociação construído a partir de diferenças e aceitar essa condição é essencial para a legitimação da avaliação.

A integração dos processos avaliativos está compreendida no contexto da dinâmica avaliativa da faculdade, dialogando com a avaliação contínua do aluno, do docente e das diferentes dimensões da instituição. A autonomia desse processo tem um componente político ligado à autonomia da IES, observando-se que a prática de avaliação de iniciativa da instituição e que possibilita uma reflexão contínua sobre suas ações de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos da realidade, fortalece a instituição no diálogo com os órgãos oficiais e especificamente com os responsáveis pela avaliação externa.

Outro ponto a ser considerado é que a autoavaliação realizada não é completa nem definitiva. A continuidade do processo avaliativo é fundamental para aprofundar aspectos hoje revelados, ampliar o universo da avaliação e revelar a evolução institucional.

Finalmente, é de grande relevância o engajamento de todos, administradores, corpo administrativo, docentes e discentes para melhor qualificar e garantir a validade dos procedimentos avaliativos. Uma avaliação crítica do atual processo deve revelar as suas fragilidades e virtudes, apresentando propostas de melhorias, sedimentado na cultura avaliativa institucional.